

Reforma administrativa é a terceirização geral da administração pública

No último dia 30/06, em audiência na Câmara dos Deputados sobre a "reforma" administrativa, economista e advogado apontaram risco de captura do Estado por interesses do setor privado.

A "reforma" da Previdência do atual governo criou "uma legião de brasileiros e brasileiras" descartáveis, afirmou o economista e empresário Eduardo Moreira, ao falar à comissão especial da Câmara que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, de "reforma" administrativa. Segundo Moreira, no caso da Previdência, essa "legião" é de pessoas de 55, 60 anos, que se perderem os empregos "não terão acesso à aposentadoria, não têm poupança e não poderão sequer resgatar as contribuições que fizeram em vida". Assim, terão seu dinheiro tomado pelo Estado e não se empregarão novamente.

Setor privado dominante

Já o professor Gilberto Bercovici, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), afirmou que a Constituição de 1988 já recebeu um modelo de Estado, herdado da ditadura, sob o princípio da ortodoxia e com preponderância do setor privado. Assim, concepções de eficiência empresarial e privilégio do setor privado já estavam presentes três décadas antes do chamado neoliberalismo.

"O Decreto-lei 200, de 1967, pioneiro, vai sobreviver à ditadura", disse Bercovici, referindo-se à norma, presente até hoje, sobre a administração federal. Um modelo de Estado subalterno à iniciativa privada, presente no chamado princípio da subsidiariedade. E que a PEC 32 inclui no seu conteúdo", afirma.

Por esse modelo, o Estado só entraria em casos em que a iniciativa for insuficiente ou por interesses políticos. Assim, questionou, o que estaria por trás da PEC 32? Interesses privados, diz o jurista. A proposta vem na contramão desses propósitos. O professor resume a intenção como "liberou geral". "É a terceirização geral da administração pública."

Sábado (03/07): Todos às ruas pela saída de Bolsonaro



O Brasil terá suas ruas novamente ocupadas no próximo sábado (03/07). Além de exigir a saída de Bolsonaro, denunciando o presidente genocida e corrupto, a população brasileira está em luta pela vida (com vacinação urgente contra COVID-19) e em defesa dos serviços públicos.

O SINDSEP-MG reforça o chamado às trabalhadoras e aos trabalhadores do serviço público: o momento exige a participação de todas e todos nas mobilizações para fortalecer as manifestações e aumentar a participação da categoria nas atividades (observando sempre as medidas adequadas de biossegurança).

Prova de vida para aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis do Poder Executivo volta a ser exigida a partir de hoje (1º de julho)

Quem não comprovou vida em 2020 e 2021, desde o início da suspensão do procedimento no ano passado até 30 de junho último, não pode perder o prazo, que se encerra em 30 de setembro de 2021. O governo vai enviar notificações, até o dia 10 de agosto, para quem não fez a prova de vida até o final de julho ou no mês de aniversário

A prova de vida dos aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis do Poder Executivo Federal volta a ser exigida a partir desta quinta-feira (1º de julho), após ter ficado suspensa desde março de 2020, como medida de proteção contra o contágio pela Covid-19.

Quem não fez realizou a prova de vida em 2020 ou em 2021 desde a suspensão em 2020 até o dia 30 de junho, deverá comprová-la, conforme calendário, na agência bancária onde recebe o pagamento ou acessar o aplicativo SouGov.br para consultar a situação da comprovação de vida, o prazo para a sua realização e obter as orientações para realizá-la por meio de aplicativo móvel, caso tenha biometria cadastrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran)", informa o Ministério da Economia.

Aqueles que não realizarem a comprovação de vida até final de julho de 2021 serão notificados até o dia 10 de agosto para fazê-la no prazo de 30 dias, contados do recebimento da notificação. O prazo limite para realização da prova de vida é até 30 de setembro de 2021 para os aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis, que não a fizeram durante o período da suspensão da sua exigência.

A Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, Órgão Central de Gestão de Pessoas da Administração Pública Federal, orienta que os beneficiários nascidos em agosto ou setembro que não realizaram a comprovação de vida durante o período de suspensão aguardem o início do mês do aniversário para realizar a Prova de Vida. Assim, já atualizam a situação de 2020 e 2021.

Calendário para quem não realizou a Prova de Vida entre Janeiro de 2020 a Junho de 2021

Mês do Aniversário	Quando realizar?	Atualiza Prova de Vida referente ao ano de?
Janeiro a Julho	01/07 a 30/09/2021	2020 e 2021
Agosto	01/07 a 31/07/2021	2020
	01/08 a 30/09/2021	2020 e 2021
Setembro	01/07 a 31/08/2021	2020
	01/09 a 30/09/2021	2020 e 2021
Outubro a Dezembro	01/07 a 30/09/2021	2020
	A partir do 1º dia do mês do aniversário	2021

Onde fazer a Prova de Vida

Os beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) podem comparecer presencialmente no banco onde recebem seu pagamento. Algumas instituições bancárias oferecem alternativas, como Prova de Vida pelo caixa eletrônico ou por aplicativo móvel. O beneficiário deve confirmar as opções disponíveis e o horário de funcionamento junto ao banco.

Prova de Vida pelo celular

Os beneficiários que já têm a biometria cadastrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) podem realizar a Prova de Vida Digital, ou seja, por meio do reconhecimento facial. O serviço está disponível no aplicativo Meu gov.br. As orientações para a realização da Prova de Vida Digital estão disponíveis no aplicativo SouGov.br.

Mesmo os beneficiários que realizarem a prova de vida presencialmente, em uma agência bancária ou por qualquer outra forma/canal, podem utilizar o aplicativo SouGov.br para consultar sua situação, obter o comprovante e receber notificações para lembrar do prazo para a realização da Prova de Vida.

Saiba mais

Para saber mais sobre a Prova de Vida de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis do Poder Executivo Federal devem acessar o endereço <https://www.gov.br/servidor/pt-br/aceso-a-informacao/servidor/recadastramento>.

Prefeitos fazem lobby contra piso nacional para enfermeiros

Expostos na linha de frente do combate à pandemia, profissionais da saúde reivindicam no Congresso melhorias salariais, mas esbarram na resistência de prefeitos e governadores. É o caso de enfermeiros, técnicos em enfermagem e parteiras das redes pública e privada, que reivindicam a aprovação do PL 2564/2020, que estabelece um piso nacional para as três categorias.

A proposta, de autoria da deputada Zenaide Maia (Pros-RN), prevê piso salarial de R\$ 7.315,00 para os enfermeiros, R\$ 5.120,00 para técnicos de enfermagem e R\$ 3.657 para auxiliar de enfermagem e parteiras. Hoje não existe um padrão nacional de piso para os enfermeiros. Os novos valores foram calculados com base na jornada de trabalho de 30 horas semanais. Atualmente a carga semanal é de 40 horas.

Caso o projeto seja aprovado, os custos serão arcados pela União, por estados, municípios e empresas privadas. A proposta tem sido alvo de críticas por parte de gestores municipais, que alegam que o piso dessas categorias é superior ao que os respectivos cofres públicos podem pagar. Em vários casos, destacam, que os servidores serão mais bem remunerados do que os próprios prefeitos.

Além de palmas

A senadora Zenaide Maia afirma que a pandemia escancarou as condições precárias de trabalho dos profissionais da saúde. "Chamamos essas pessoas de heróis e heroínas. Batemos palmas para elas. Prestamos homenagens, mas na hora de dar valorização salarial e uma jornada de trabalho menos estafante, alega-se o impacto econômico como obstáculo", observa Zenaide, que é médica.

Segundo ela, as ações do governo para desafogar o sistema financeiro na pandemia, como o "orçamento de guerra", poderiam ser estendidas para remunerar profissionais da saúde.

"Os enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem que estão dando as suas vidas para salvar as nossas. Existem mecanismos para melhorar a arrecadação e ter recursos para financiar a justa valorização das categorias de enfermagem", considera a relatora.

A senadora afirma que o projeto de lei está pronto para votação em plenário. No entanto, ainda não há um consenso em torno do documento. "Dependemos da decisão do presidente do Senado e do colégio de líderes para colocar a proposta em pauta".

Gestores públicos demonstram apoio à proposta de fixar o piso dos enfermeiros, mas cobram uma fonte de financiamento dos recursos para arcar com o aumento salarial. Este é um dos impasses para a aprovação do projeto.